

024



Demonstrações Financeiras

Individuais

e 2024

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.



Conteúdo

1. Relatório da administração
2. Relatório dos auditores independentes
3. Balanços patrimoniais
4. Demonstrações dos resultados
5. Demonstrações dos resultados abrangentes
6. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
7. Demonstrações dos fluxos de caixa
8. Demonstrações do valor adicionado
9. Notas explicativas às demonstrações financeiras

Eventos

SIGNIFICATIVOS

Em **19 de abril de 2024**, a DM Financeira concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento emitidos e administrados pela Credz Instituição de Pagamento S.A., após o cumprimento de todas as condições precedentes relacionadas à transação, com anuência de todas as demais partes envolvidas no âmbito da transação realizada, assumindo direitos e obrigações inerentes, em linha com as práticas de mercado em casos similares de aquisição.

A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões (Resolução CMN nº 2.682/99) de R\$ 1,783bi com aproximadamente 1,1 milhão de clientes ativos. Adicionalmente, para atendimento e cumprimento com os requisitos de Capital Regulatório do Banco Central do Brasil, a Companhia praticou aumento em seu Capital Social no valor de R\$ 761 milhões.

Em **02 de Maio, 03 de junho e 01 de julho de 2024**, a Companhia concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento Bandeirados emitidos e administrados pela DM Instituição de

Pagamento S.A., e que é parte relacionada da instituição. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões (Resolução CMN nº 2.682/99) de R\$ 199 milhões com aproximadamente 147 mil clientes ativos.

Em **21 de junho de 2024**, a Companhia concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento emitidos e administrados pela OMNI S.A - Crédito, Financiamento e Investimento. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões (Resolução CMN nº 2.682/99) de R\$ 218 milhões com aproximadamente 211 mil clientes ativos.

Em **novembro de 2024** a Companhia realizou venda de carteira substancialmente em prejuízo, apurando um resultado de recuperação de R\$ 37 milhões.

Em **02 de dezembro de 2024**, a Companhia realizou a aquisição de carteira de Empréstimo Pessoal não consignado gerida pela DM Instituição de Pagamento S.A., que é parte relacionada da instituição. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões (Resolução CMN nº 2.682/99) de R\$ 37.497 milhões.

Política de distribuição de dividendos

O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de **30% do saldo** remanescente do lucro líquido em cada exercício.

Objetivos estratégicos

A objetivo da Companhia é de **ampliar a gama de produtos e serviços ofertados**, incluindo a oferta de financiamentos, empréstimo pessoal, outras espécies de operações de crédito e contas de pagamento pré-pagas.

Em sinergia com as demais empresas do Grupo DM, entendem os controladores que poderão incentivar a ampliação e reativação de cartões, ampliação da base de clientes, diminuição dos custos das operações de crédito, e inclusão dos estabelecimentos comerciais no universo do seu público-alvo com relação à concessão de crédito.

Comentário econômico

Para 2024 a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) projeta que o PIB do Brasil deva apurar crescimento de 3,2% e uma desaceleração em 2025.

A taxa básica de juros (SELIC) fechou o período em 12,25% a.a com expectativa de aumento em 0,25 ponto percentual nas próximas reuniões do COPOM.



Responsabilidade socioambiental

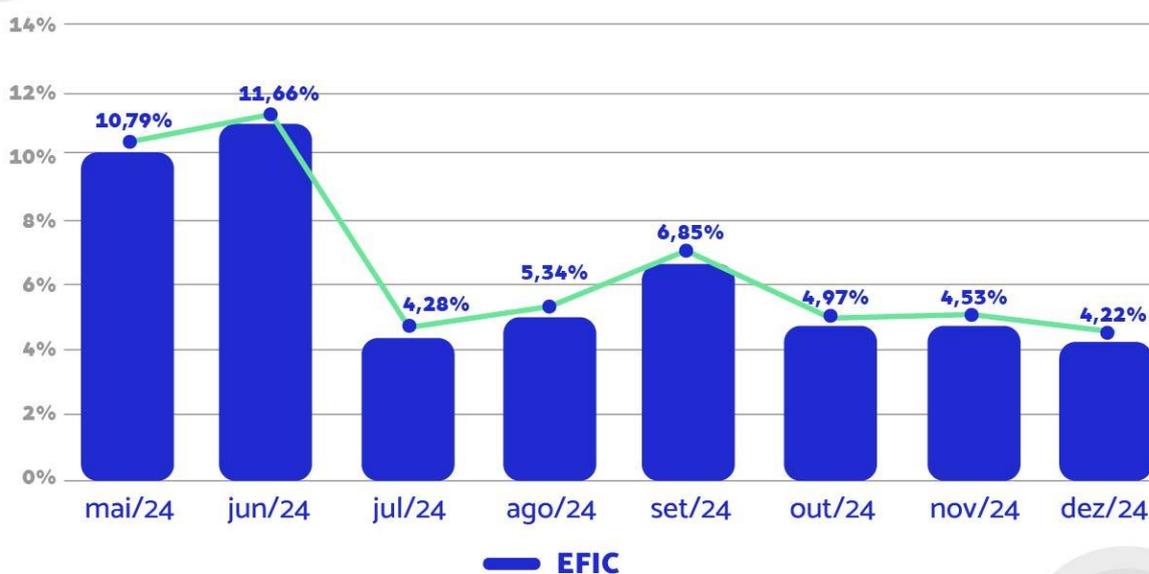
Nosso propósito é **valorizar as pessoas** sem deixar ninguém para trás, simplificando e democratizando o acesso aos serviços financeiros para milhões de pessoas de forma inclusiva, transparente e com o pensamento digital visando a **felicidade** e compartilhando com as partes interessadas.

O Grupo DM entende que atuar com responsabilidade social é agir de maneira ética e transparente em todas as suas operações, valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental e assume o compromisso com a responsabilidade socioambiental, na região de sua atuação, contribuindo para a **melhora da qualidade de vida das comunidades**, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social, através de seus negócios e contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando que os recursos sejam utilizados de maneira **consciente e sustentável**.

Eficiência da carteira de crédito



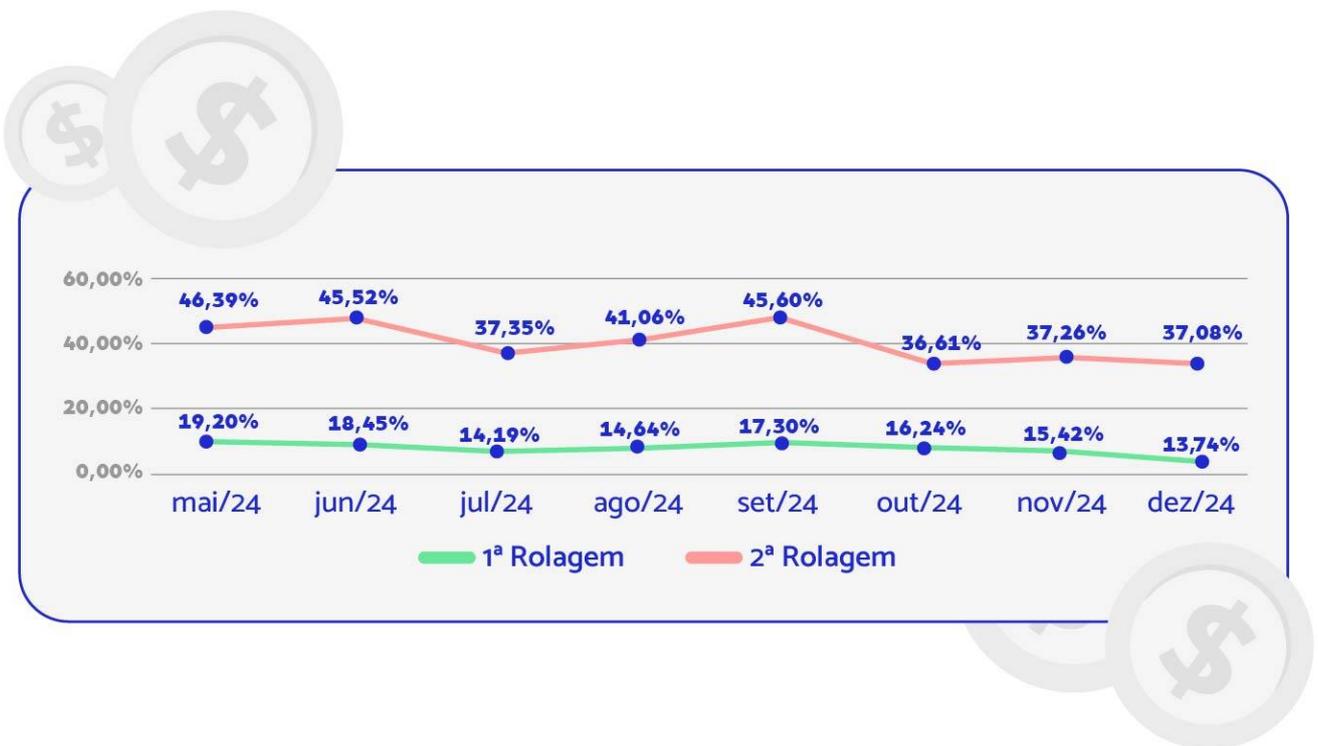
EFIC

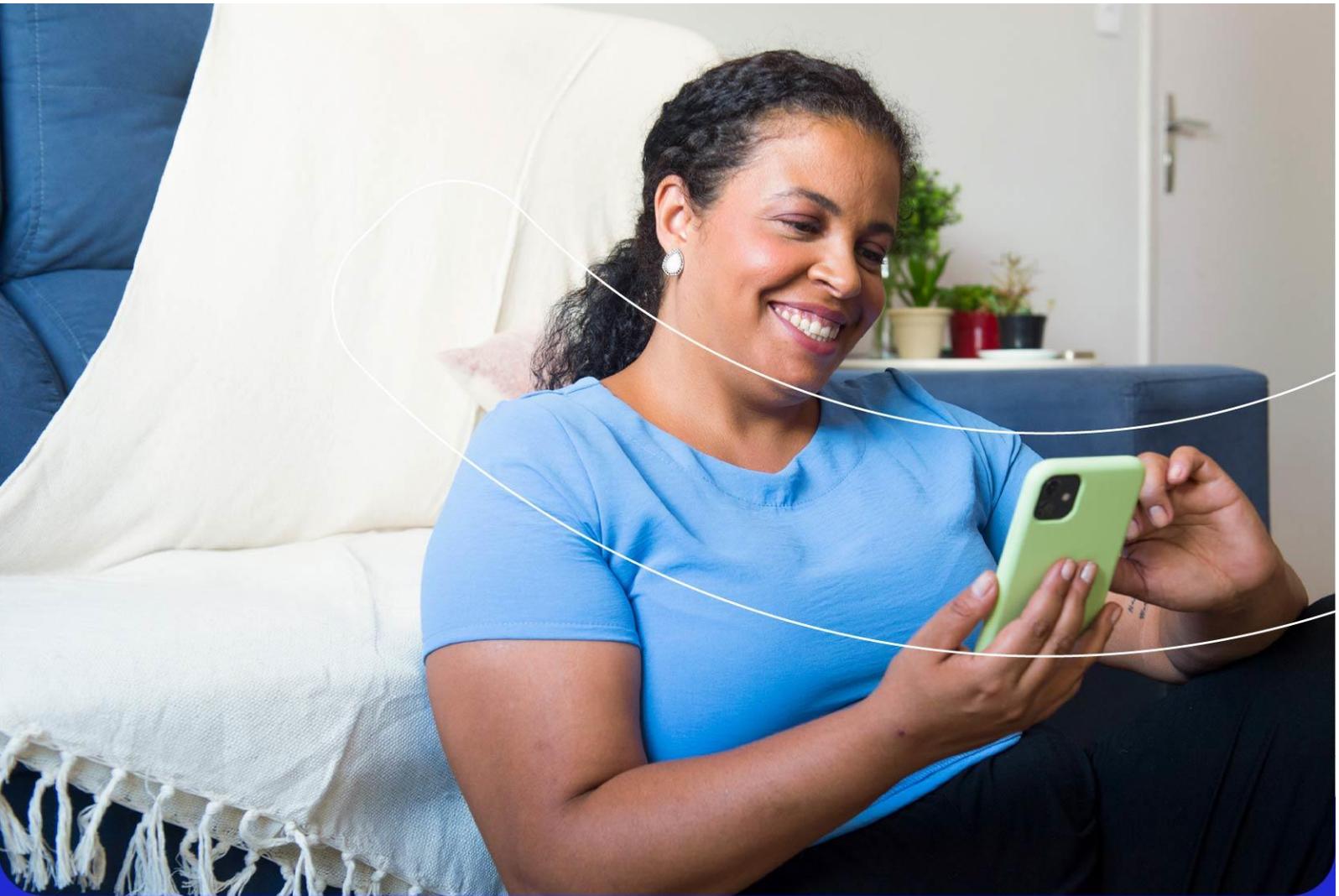


Se refere à eficiência de cobrança, sendo um indicador utilizado para medir a probabilidade de inadimplência de uma carteira de crédito ao longo de um período de 180 dias (6 meses).



Eficiência da carteira de crédito





Empréstimo Pessoal tem melhor ano da história!

A inclusão do produto no **DM App** não apenas ampliou o alcance, atingindo novos públicos que puderam recorrer a essa solução financeira para despesas extras, mas também resultou em um impacto extremamente positivo: **atingimos a faixa de excelência na satisfação dos clientes, com 83 pontos.**



Sem perder a qualidade que tanto prezamos

Somos o **melhor atendimento do Brasil** pela Pesquisa Nacional de Cartões de Crédito, PNCC.

8,5

Avaliação no Reclame Aqui!

SELO RA 1000 desde 2013

Desde 2018 no **Pódio do Prêmio**

ReclameAqui na categoria: Operadoras e Administradores de cartões.

90,7

Dos atendimentos avaliados com notas máximas*

80,3

NPS

Na zona de excelência.

*Dado referente ao período de 01/01/2024 a 19/12/2024.

Com ainda mais segurança para gerir os dados internos

A ISO 27001 é uma **norma internacionalmente reconhecida** que estabelece padrões rigorosos para a gestão da segurança da informação. Sua implementação é essencial para **proteger dados sensíveis** contra ameaças cibernéticas, **assegurar a confidencialidade** e garantir o cumprimento de leis e regulamentos relacionados à privacidade.



Primeira operadora independente de private label a receber a certificação.

Equipe multidisciplinar que trabalhou (muito) para essa conquista!





71 de E-NPS

O **bem-estar de quem trabalha aqui** é algo muito importante pra gente. Por isso, trimestralmente, fazemos uma pesquisa interna para **ouvir suas ideias e colocar em prática as sugestões recebidas.**

4,3 Glassdoor

Desde 2018 **acompanhamos, respondemos e desenvolvemos ações** internas de acordo com as avaliações do site que é referência em apresentar as empresas pela avaliação de quem faz ou fez parte do nosso time, e temos muito orgulho da nossa nota!

Expectativas 2025

Desde sua fundação, há 22 anos, a DM sempre teve como propósito **facilitar o acesso ao crédito para quem mais precisa**. Nosso diferencial sempre foi o **bom relacionamento, a proximidade e a valorização de todos**, desde colaboradores, parceiros de negócios e clientes.

2024 foi um ano de muitas mudanças. Tivemos resultados de crescimento significativos que impactaram positivamente a vida de milhares de clientes, solidificamos novos produtos e **seguimos com a nossa posição de referência no setor de varejo supermercadista**, além de ingressarmos em novos segmentos do varejo.

Estamos nos preparando para o ano de 2025, no qual o Brasil deverá enfrentar uma série de desafios econômicos que poderão impactar em seu crescimento. Uma de **nossas principais preocupações é a inflação**, que, se não for devidamente controlada poderá consumir o poder de compra da população.

Para passarmos por esse momento de forma saudável, a DM seguirá focando esforços na **redução de custos através de ganho de escala**, melhorias constantes em nossos modelos de crédito e de cobrança, na **precificação de nossos produtos e serviços** e na otimização de processos.

Seguimos confiantes de que, **por meio da inovação, da eficiência e do comprometimento com nossos clientes**, continuaremos superando as adversidades, construindo um futuro com inclusão financeira para cada vez mais pessoas.

A DM agradece a cada uma das pessoas pela dedicação, comprometimento e parceria. Nesse material apresentamos os nossos resultados de 2024 e convidamos a todos a nos acompanhar.

Vem aí uma DM ainda mais inovadora!



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São José dos Campos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Veja Nota 2.5.4 e 4.3.f das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2024 provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito.</p> <p>Para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a Companhia classifica suas operações de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como: atraso, conjuntura econômica, riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e da estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos esse assunto como um principal assunto para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">-Com base em amostragem, efetuar o recálculo dos dias em atraso de operações de crédito, avaliando a adequação da classificação nos níveis de risco entre “AA” a “H”, de acordo com as faixas de atraso previstas na Resolução CMN nº 2.682/99.- Recalcular a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.-Avaliar se as divulgações nas demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP27685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP 295315/O-4

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		2.348.576	78.338	Circulante		1.618.239	17.335
Disponibilidades	3	18.497	61	Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		1.575.091	16.318
Instrumentos Financeiros		2.823.736	78.271	Depósitos a prazo	4.4	440.327	16.318
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.1	372.334	-	Obrigações por transações de pagamento	4.5	1.134.764	-
Títulos e valores mobiliários	4.2	2.073	78.271	Outras Obrigações		43.148	1.017
Operações de crédito	4.3	1.308.237	-	Fiscais e previdenciárias	6.a)	6.584	605
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	1.141.092	-	Provisões	6.b)	12.597	51
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(677.032)	-	Outras obrigações	6.c)	23.967	361
(-) Operações de crédito	4.3	(664.421)	-	Não Circulante		804.726	52.061
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	(12.611)	-	Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		803.924	52.058
Outros Ativos	5	183.375	6	Depósitos a prazo	4.4	803.419	52.058
Não circulante		614.174	5.287	Obrigações por transações de pagamento	4.5	505	-
Instrumentos Financeiros		149.247	-	Outras Obrigações		802	3
Títulos e valores mobiliários	4.2	101.929	-	Provisões	6.b)	802	3
Operações de crédito	4.3	46.813	-	Patrimônio Líquido	8	539.785	14.229
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	505	-	Capital social		773.355	12.351
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(40.612)	-	Reserva de Lucros		-	1.923
(-) Operações de crédito	4.3	(40.532)	-	Outros resultados abrangentes		3.333	-
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	(80)	-	Lucros/(Prejuízos) acumulados		(236.858)	-
Ativos fiscais diferidos	11.2	164.474	5.287	(-) Ações em tesouraria		(45)	(45)
Outros Ativos	5	341.025	-	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.962.750	83.625
Intangível		40	-				
Total do Ativo		2.962.750	83.625				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ações)



	Nota Explicativa	2º Semestre 2024	2024	2023
Receitas de Intermediação Financeira		270.674	412.099	5.174
Operações de crédito	9.1.a)	214.945	341.806	190
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9.1.b)	19.440	26.721	2.195
Operações com cessão de ativos financeiros	9.1.c)	36.289	43.572	2.789
Despesas da Intermediação Financeira		(71.427)	(100.696)	(1.313)
Despesas de captação	9.1.d)	(71.427)	(100.696)	(1.313)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(366.967)	(664.220)	-
(Provisão)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.3.f)	(366.967)	(664.220)	-
Resultado de Intermediação Financeira		(167.720)	(352.817)	3.861
Receita/(Despesas) Operacionais		(63.403)	(45.151)	(2.042)
Receita de prestação de serviços	9.2.a)	204.826	306.432	-
Despesas de pessoal	9.2.b)	(1.530)	(1.738)	(16)
Despesas administrativas	9.2.c)	(150.823)	(177.535)	(1.463)
Despesas tributárias	9.2.d)	(29.569)	(46.438)	(238)
Provisões	9.2.e)	(724)	(799)	7
Outras receitas operacionais	9.2.f)	9.854	13.551	18
Outras despesas operacionais	9.2.g)	(95.437)	(138.624)	(350)
Resultado Operacional		(231.123)	(397.968)	1.819
Resultado Não Operacional	10.1	-	-	(19)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(231.123)	(397.968)	1.800
Tributos Sobre o Lucro		92.449	159.187	(696)
Imposto de renda	11.1	-	-	(207)
Contribuição social	11.1	-	-	(139)
Ativo fiscal diferido	11.1	92.449	159.187	(350)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do semestre/exercício		(138.674)	(238.781)	1.104
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação em R\$		(2,2)	(3,9)	1,2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)



	Nota	2º Semestre		
	Explicativa	2024	2024	2023
Lucro/(Prejuízo) Líquido do semestre/exercício		(138.674)	(238.781)	1.104
Outros Resultados Abrangentes do Período, Segregados em:				
a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado		2.555	3.333	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros disp. para venda	4.2.a)	4.777	5.555	-
Imposto diferido s/ instrumentos financeiros disp. para venda	6.a)	(2.222)	(2.222)	-
b) itens que não poderão ser reclassificados para o resultado		-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercício		(136.119)	(235.448)	1.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)



	Nota Explicativa	Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		12.351	81	1.053	486	-	(45)	13.926
Dividendos declarados - Nota 8.c)		-	-	-	(486)	-	-	(486)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.104	-	1.104
Destinações:								
Reserva Legal		-	55	-	-	(55)	-	-
Reserva Estatutária		-	-	734	-	(734)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(315)	-	(315)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		12.351	136	1.787	-	-	(45)	14.229
Aumento de capital	8	761.004	-	-	-	-	-	761.004
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros disp. para venda		-	-	-	-	5.555	-	5.555
Imposto diferido s/ instrumentos financeiros disp. para venda	6.a)	-	-	-	-	(2.222)	-	(2.222)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(238.781)	-	(238.781)
Destinações:								
Reserva Legal		-	(136)	-	-	136	-	-
Reserva Estatutária		-	-	(1.787)	-	1.787	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		773.355	-	-	-	3.333	(236.858)	539.785
Saldos em 30 de junho de 2024		773.355	136	1.787	-	778	(100.107)	675.904
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros disp. para venda		-	-	-	-	4.777	-	4.777
Imposto diferido s/ instrumentos financeiros disp. para venda	6.a)	-	-	-	-	(2.222)	-	(2.222)
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	(138.674)	-	(138.674)
Destinações:								
Reserva Legal		-	(136)	-	-	136	-	-
Reserva Estatutária		-	-	(1.787)	-	1.787	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		773.355	-	-	-	3.333	(236.858)	539.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)



	Nota Explicativa	2º Semestre 2024	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(231.123)	(397.968)	1.800
Ajustes por:				
Baixa de outros investimentos	10.1	-	-	19
Provisão/(reversão) para reestruturação		-	-	(391)
Provisão/(reversão) de contingências	9.2.e)	724	799	(7)
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	4.4	2.685	3.615	36
Despesas incorridas de captação	4.4	67.939	96.226	1.238
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		366.967	664.220	-
Resultado líquido ajustado		207.192	366.892	2.695
<i>(Aumento) diminuição em ativos operacionais:</i>				
Instrumentos financeiros		(119.848)	(1.971.733)	(66.418)
Outros ativos		108.966	(103.333)	(4)
<i>Aumento (diminuição) em passivos operacionais:</i>				
Obrigações por transações de pagamento		(83.920)	1.135.269	-
Fiscais e previdenciárias		(2.100)	5.086	190
Provisões		(15.456)	12.546	(103)
Outras obrigações		12.581	23.921	12
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		-	(1.329)	(544)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		107.415	(532.681)	(64.172)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Desembolso na aquisição de carteiras	4.3.e)	(37.497)	(912.727)	-
Aquisição de intangível		(40)	(40)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimento		(37.537)	(912.767)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de instrumentos de captação	4.4	265.460	1.963.459	65.510
Resgate de captação - principal	4.4	(100.961)	(861.961)	(215)
Juros pagos	4.4	(7.184)	(13.273)	(20)
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	4.4	(3.109)	(12.696)	(602)
Aumento de capital	8	-	761.004	-
Dividendos declarados e pagos	8.a)	(315)	(315)	(486)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento		153.891	1.836.218	64.187
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		223.769	390.770	15
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercício	3	167.062	61	46
No fim do semestre/exercício	3	390.831	390.831	61
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		223.769	390.770	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DM FINANCEIRA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)



Descrição	2º Semestre	2024	2023
	2024	2024	2023
1 - RECEITAS	221.252	223.734	5.175
Intermediação Financeira	381.786	579.857	5.174
Prestação de Serviços	204.826	306.432	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(366.967)	(664.220)	-
Outras receitas	1.607	1.665	1
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(71.427)	(100.696)	(1.313)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(349.445)	(472.425)	(1.473)
Materiais, energia e outros	-	-	(12)
Serviços de terceiros	(130.591)	(153.660)	(1.459)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	-
Outros insumos	(218.854)	(318.765)	(2)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	(199.620)	(349.387)	2.389
5 – DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	(199.620)	(349.387)	2.389
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-
Outras	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	(199.620)	(349.387)	2.389
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	1.424	1.594	349
Remuneração	1.225	1.392	333
Benefícios	42	42	16
F.G.T.S	157	160	-
Impostos, taxas e contribuições	(62.775)	(112.606)	934
Federais	(71.501)	(126.591)	901
Estaduais	-	-	-
Municipais	8.726	13.985	33
Remuneração de capitais de terceiros	405	406	2
Aluguéis	1	2	2
Doações	404	404	-
Remuneração de Capitais Próprios	(138.674)	(238.781)	1.104
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos	-	-	315
Lucros retidos / (Prejuízo) do semestre/exercício	(138.674)	(238.781)	789
9 - VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(199.620)	(349.387)	2.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



1 CONTEXTO OPERACIONAL

A DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”, “Instituição” ou “DM Financeira”), foi constituída em 12 de setembro de 1962 e tem por objetivo a realização de operações ativas de financiamento para a aquisição de bens e serviços e de financiamento de capital de giro, e passivas, na obtenção de recursos de terceiros, mediante o aceite de letras de câmbio, a captação de recursos oficiais para repasse e a captação de recursos no mercado interfinanceiro, e outras operações permitidas às entidades da espécie.

A Companhia é instituição financeira privada de capital aberto, sob forma de sociedade por ações com autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil (“BACEN”) e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 - Parque Res. Aquarius - 3º andar - Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870.

As ações da Companhia foram admitidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “DMFN3” (anteriormente “FNCN3”).

A partir do exercício 2025 a Companhia pretende fechar seu Capital e sair da Bolsa de Valores (B3).

Eventos significativos

- Em janeiro de 2023 é adquirido mais 26,56% das ações da Companhia através de Oferta Pública de Ações (OPA), essas detidas por acionistas minoritários. Após a aquisição a Holding do Grupo DM passou a ter participação de 94,50% sobre o total de ações da Companhia.

- Em 19 de abril de 2024, a DM Financeira concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento emitidos e administrados pela Credz Instituição de Pagamento S.A. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões de R\$ 1,783bi com aproximadamente 1,1 milhão de clientes ativos.

- Em 16 de maio de 2024 o Banco Central do Brasil aprovou alteração do Capital Social da Companhia em R\$ 761 milhões, conforme deliberado na AGE de 21 de março e 03 de maio de 2024, totalizando o Capital Social em de R\$ 773 milhões.

- Em 02 de Maio e 03 de junho, a Companhia concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento Bandeirados emitidos e administrados pela DM Instituição de Pagamento S.A, e que é parte relacionada da Instituição. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões de R\$ 199 milhões.

- Em 21 de junho de 2024, a Companhia concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento emitidos e administrados pela OMNI S.A – Crédito, Financiamento e Investimento. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões de R\$ 218 milhões.



- Em novembro de 2024 a Companhia realizou venda de carteira de R\$ 989 milhões, substancialmente em prejuízo, apurando um resultado de recuperação de R\$ 37 milhões conforme nota explicativa 4.3.h).

- Em 02 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a aquisição de carteira de Empréstimo Pessoal não consignado gerida pela DM Instituição de Pagamento S.A., que é parte relacionada da Instituição. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões (Resolução CMN nº 2.682/99) de R\$ 37 milhões.

2 POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (“BACEN”), do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), se adotados e homologados pelo BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e CVM. A Companhia adotou o disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 complementada pela Resolução BCB nº 02/20 e Instrução CVM nº 480/09.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2 Normas, alterações e interpretações aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2025. A regulamentação segue alinhamento contábil com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - As normas se complementam e seguem um processo de alinhamento contábil com as práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e

apresentam detalhamentos sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2025, bem como, sobre a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge), com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2027.

Faixa	Carteira	(-) Provisão		Ajuste ⁽¹⁾
		Res. 2682	Res. 4966	
A	1.488.186	(7.441)	(28.282)	(20.841)
B	37.439	(374)	(2.808)	(2.434)
C	55.854	(1.676)	(8.378)	(6.702)
D	92.060	(9.206)	(34.983)	(25.777)
E	85.778	(25.733)	(45.805)	(20.072)
F	81.726	(40.863)	(46.420)	(5.557)
G	77.509	(54.256)	(46.660)	7.596
H	578.095	(578.095)	(413.549)	164.546
Total	2.496.647	(717.644)	(626.885)	90.759
Efeito Tributário	***	***	***	(36.304)
Ajuste Líquido	***	***	***	54.455

(1) Representa o ajuste de prática contábil ou adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 que passa a ter vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O quadro apresenta o ajuste líquido de efeitos tributários com impacto no Patrimônio Líquido da instituição conforme art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21.

A Companhia está trabalhando para assegurar a implementação de aderência as regulamentações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas.

2.4.1 Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.



Conforme item 2.5.3, ii, os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 3, a Administração tem que usar uma quantidade significativa do próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o próprio julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar no reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição.

2.4.2 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito. Tais modelos, exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

Ao aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão para as perdas prováveis na realização dos créditos, a Companhia observa:

- Os critérios para classificação das operações de crédito;
- Os modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração das perdas de crédito;
- O agrupamento de operações de créditos semelhantes; e
- O nível ou percentual de provisão de acordo com a classificação da operação.

2.4.3 Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e divulgados em demonstrações financeiras sempre que for avaliado como possível, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

2.5 Principais práticas e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as principais práticas e políticas materiais, conforme segue:

2.5.1 Disponibilidades

São representados por numerários em espécie e depósitos bancários de livre movimentação, em moeda nacional ou estrangeira com finalidade de atender compromissos imediatos de caixa.



2.5.2 Caixa e equivalentes a caixa

São representados por disponibilidades conforme item 2.5.1 e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo ou para assegurar ao usuário final, a possibilidade do resgate total, a qualquer tempo, dos saldos existentes em contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica.

Conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa item 7, adotado pelo BACEN através da Resolução nº 4.818/20, entende-se como equivalente de caixa, as aplicações financeiras de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias (três meses) a contar da data da aquisição.

2.5.3 Instrumentos financeiros

i. Ativos e passivos financeiros

São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são:

a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias:

Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, sendo apresentados no ativo circulante independentemente do vencimento;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

b) Operações de crédito

São direitos contratuais realizados entre duas partes (credor e devedor) que celebram transações na qual o credor coloca à disposição do devedor (com ou sem destinação específica, a depender da modalidade da operação) recursos financeiros que serão devolvidos em um prazo determinado acrescido de juros e taxas. As principais modalidades de operações de crédito são:



Empréstimos: são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes;

Financiamentos: são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos para aquisição de bens. São exemplos os financiamentos de veículos, máquinas e imóveis.

Títulos descontados: são as operações de desconto de títulos. São exemplos os cheques, duplicatas e notas promissórias.

Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022.

A Companhia apresenta saldos de direitos creditórios, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato.

c) Cessões de crédito

A Companhia realiza cessões de crédito de acordo Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio 2001, art. 6º. As cessões de operações de crédito são realizadas sem coobrigação pela Companhia com liquidação à vista por parte do cessionário. Em atendimento ao § 3º da referida norma, o valor contábil cedido e efeito no resultado estão divulgados nas notas explicativas nº 4.3.h) e 9.1.c) respectivamente.

As cessões de operações de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, que determina que os ativos financeiros sejam baixados se a venda da carteira for sem retenção dos riscos e benefícios.

ii. Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros

Com base na Resolução CMN N.º 4.924/21 e CPC 46 – Mensuração do valor justo (aprovado e homologado pelo BACEN) o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.



Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

2.5.4 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

É apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em ordem crescente de riscos, em nove níveis, “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso e a análise da Administração quanto ao nível de risco. A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando



aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias. A Companhia não possui operações de crédito classificadas como AA.

As receitas e encargos das operações de crédito vencidas até 59 dias, no pagamento de parcela de principal e encargos são apropriadas no resultado do período e para operações com atraso igual ou superior a 60 dias, em rendas a apropriar até o efetivo recebimento da parcela para apropriação em resultado.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas, por cinco anos, em contas de compensação.

As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e as que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H”, sendo os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

2.5.5 Apuração de PIS e COFINS

A Companhia apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) sobre alíquota de 0,65% e o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre alíquota de 4% pelo regime cumulativo com base na Instrução Normativa RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022.

2.5.6 Apuração de Imposto Sobre Serviços (ISS)

A Companhia apura e recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS) na cidade de São José dos Campos, onde a alíquota é de 5%.

2.5.7 Apuração de imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o lucro é apurada considerando a alíquota de 15%. A Companhia está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real e procede com o pagamento mensal dos impostos pela estimativa quando há existência de lucro.

2.5.8 Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

Os créditos tributários são constituídos com base na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. A norma determina efetuar o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base



negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido somente quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- Haja expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e

- Apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência.

2.5.9 Despesas antecipadas

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros. Os saldos registrados em despesas antecipadas são reconhecidos imediatamente no resultado quando há liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

2.5.10 Ativo Imobilizado

Os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado adotados pela Companhia são realizados de acordo com a Resolução CMN nº 4.535 de 24 de novembro de 2016. Os imobilizados de uso são bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

Os ativos imobilizados de uso são reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos pela depreciação ao longo de sua vida útil. A depreciação corresponde ao valor de custo de aquisição dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso.

2.5.11 Ativo Intangível

Os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo intangível adotados pela Companhia são realizados de acordo com a Resolução CMN nº 4.534 de 24 de novembro de 2016. Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.



Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição ou de desenvolvimento acrescido de eventuais impostos de importação ou não recuperáveis e demais custos diretamente atribuíveis, deduzidos quando aplicável, pela amortização ao longo da vida útil estimada do ativo.

2.5.12 Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável nos termos do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos aprovado pelo BACEN nos termos da Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5.13 Ativos e passivos contingentes e Provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos não esperados ou passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros e são avaliadas pela Administração em conjunto com assessoria jurídica interna e externa. São reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras quando for considerado provável ou certo a realização e os benefícios econômicos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas ou passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN no 3.823/09.

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- a) **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- b) **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- c) **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.



2.5.14 Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são oriundos das atividades de natureza ou operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia, previsto em seu Estatuto Social e que tenham previsibilidade de ocorrer com frequência.

Resultados não recorrentes são considerados pela Companhia aqueles que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as suas atividades de natureza e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

2.5.15 Transações com partes relacionadas

São transferências de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (adotado e homologado pelo BACEN).

2.5.16 Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.5.17 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos significativos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto basicamente por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento até 90 dias, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Nível de valor Justo</u>
Disponibilidades	18.497	61	
Em moeda nacional	18.497	61	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	372.334	-	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.335	-	2
Compromissada com lastro em LTN	320.999	-	2
Caixa e equivalente de caixa	390.831	61	

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos por:

4.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição da carteira

	31/12/2024	31/12/2023	
	Valor Justo (Contábil)	Valor Justo (Contábil)	Nível de valor Justo
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.335	-	2
Compromissada com lastro em LTN	320.999	-	2
Total	372.334	-	

b) Vencimento da carteira

	31/12/2024				31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	51.335	-	-	51.335	-
Compromissada com lastro em LTN	-	320.999	-	-	320.999	-
Total	-	372.334	-	-	372.334	-

c) Resultado da carteira

Os resultados obtidos com a carteira de títulos e valores mobiliários estão demonstrados na nota explicativa 9.1.b).

4.2 Títulos e valores mobiliários

a) Composição e classificação da carteira por categoria

	31/12/2024			31/12/2023	
	Custo de aquisição	Ajustes de valor de mercado	Valor Justo (Contábil)	Valor Justo (Contábil)	Nível de valor Justo
Mantidos para Negociação ⁽¹⁾					
Títulos privados	-	-	2.073	78.271	
Cotas de fundos de investimento	-	-	2.073	78.271	1
Disponíveis para venda ⁽²⁾					
Títulos privados	96.374	5.555	101.929	-	
Letras Financeiras do Tesouro	96.374	5.555	101.929	-	2
Total	96.374	5.555	104.002	78.271	

(1) O valor justo dos títulos mantidos para negociação está ajustado pelo valor de mercado e rendimentos auferidos até a data de balanço, que têm como contrapartida o resultado do período.

- (2) O valor justo dos títulos disponíveis para venda está ajustado de acordo com a cotação de mercado disponível na data de balanço. A valorização ou desvalorização resultante do ajuste ao valor de mercado têm como contrapartida o patrimônio líquido.

b) Vencimento da carteira por categoria

	31/12/2024				31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Cotas de fundos de investimento	2.073	-	-	-	2.073	78.271
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	101.929	101.929	-
Total	2.073	-	-	101.929	104.002	78.271

As cotas de fundos de investimento não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem nenhuma vedação ou impedimento conforme regulamento do fundo.

c) Resultado da carteira

Os resultados obtidos com a carteira de títulos e valores mobiliários estão demonstrados na nota explicativa 9.1.b).

4.3 Operações de crédito

As operações de crédito são compostas por direitos creditórios representados por empréstimos e financiamentos e valores a receber relativos a transações de pagamento na modalidade de compra à vista e parcelado sem juros atrelados ao cartão de crédito, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato.

Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022.

a) Composição por tipo de operação de crédito

	31/12/2024	31/12/2023	Nível de valor Justo
Empréstimo Pessoal	42.759	-	3
Empréstimos - Cartão de crédito	901.177	-	3
Financiamentos - Cartão de crédito	411.114	-	3
Valores a receber relativos a transações de pagamento	1.141.597	-	3
Total Carteira Bruta	2.496.647	-	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(717.644)	-	
Total Carteira Líquida	1.779.003	-	
Circulante	1.772.297	-	
Não Circulante	6.706	-	
Total Carteira Líquida	1.779.003	-	

O valor justo relativo a operações de crédito é calculado considerando:

- 1) **Fluxo de caixa futuro:** Avaliação dos pagamentos de principal e juros esperados ao longo da vida do crédito.
- 2) **Taxa de desconto:** Para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente, utiliza-se uma taxa de desconto, mesma utilizada no contrato do crédito. Essa taxa reflete o risco de crédito do cliente e o custo de oportunidade para a Companhia. A taxa de desconto pode ser determinada com base em parâmetros de mercado, como a curva de juros, o risco específico do cliente e o spread de risco.
- 3) **Perdas esperadas:** Ajustes para perdas esperadas, considerando (i) critérios para classificação das operações de crédito; (ii) modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração das perdas de crédito; (iii) agrupamento de operações de créditos semelhantes; e (iv) nível ou percentual de provisão de acordo com a classificação da operação.

b) Composição por faixa de vencimento

	31/12/2024		31/12/2023	
		%		%
Créditos a Vencer:	1.559.165	62,45%	-	0,00%
Até 30 dias	631.957	25,31%	-	0,00%
De 31 a 60 dias	270.008	10,81%	-	0,00%
De 61 a 90 dias	175.621	7,03%	-	0,00%
De 91 a 180 dias	275.857	11,05%	-	0,00%
De 181 a 360 dias	158.404	6,34%	-	0,00%
Acima de 360 dias	47.318	1,91%	-	0,00%
Créditos a Vencidos:	937.482	37,55%	-	0,00%
Até 14 dias	46.638	1,87%	-	0,00%
De 15 a 30 dias	31.097	1,25%	-	0,00%
De 31 a 60 dias	49.329	1,98%	-	0,00%
De 61 a 90 dias	82.254	3,29%	-	0,00%
De 91 a 180 dias	223.041	8,93%	-	0,00%
De 181 a 360 dias	505.123	20,23%	-	0,00%
Acima de 360 dias	-	0,00%	-	0,00%
Total da Carteira por vencimento	2.496.647	100,00%	-	100,00%

c) Composição por modalidade e nível de risco

Em 31 de dezembro de 2024:

31/12/2024						
Risco	Empréstimos e Financiamentos	Valores a receber relativos a transações de pagamento		Total por Risco	% Risco	(-) Provisão
A	360.688	1.127.498	1.488.186	0,5%	(7.441)	
B	34.155	3.284	37.439	1%	(374)	
C	53.391	2.463	55.854	3%	(1.676)	
D	91.231	829	92.060	10%	(9.206)	
E	85.277	501	85.778	30%	(25.733)	
F	81.352	374	81.726	50%	(40.863)	
G	77.105	404	77.509	70%	(54.256)	
H	571.851	6.244	578.095	100%	(578.095)	
Total	1.355.050	1.141.597	2.496.647	***	(717.644)	

Não há carteira em 31 de dezembro de 2023.

d) Composição por tipo de cliente e setor de atividade econômica

	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado		
Pessoas Físicas	2.496.276	-
Pessoas Jurídicas	371	-
Total da carteira	2.496.647	-

e) Aquisição de direitos creditórios

O quadro abaixo demonstra as aquisições de operações de crédito e de transações de pagamento com transferência substancial dos riscos e benefícios por parte da cedente.

	Cedente			Total
	Credz	Omni	DM IP	
Carteira Ativa	2.749.544	292.589	315.088	3.357.221
Carteira Inativa	891.856	5.418	160.057	1.057.331
(-) Provisão, incluindo carteira inativa	(1.858.641)	(80.063)	(239.168)	(2.177.872)
Valor contábil da carteira adquirida	1.782.759	217.944	235.977	2.236.680
(-) Desembolso na aquisição de carteiras	(617.743)	(59.007)	(235.977)	(912.727)
(-) Passivos/obrigações assumidas	(1.586.077)	(153.344)	-	(1.739.421)
(Ágio)/Deságio na aquisição de carteira	(421.061)	5.593	-	(415.468)

As aquisições de operações de crédito (cessão por parte da cedente) são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008.

f) Movimentação das provisões para perdas esperadas

Saldo em 31.12.2023	-
Constituição de provisão pela aquisição de carteiras	(1.120.541)
Constituição de provisão líquida de reversão	(664.220)
Transferências para prejuízo	1.067.117
Saldo em 31.12.2024	(717.644)

g) Renegociações, Baixas para prejuízo e Recuperações

	01/07/2024 a 31/12/2024	01/07/2023 a 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Renegociações no período	465.875	-	672.149	-
Recuperações no período	(376.983)	-	(432.446)	-
Transferências para prejuízo no período	(790.170)	-	(1.067.117)	-
Total	(701.278)	-	(827.414)	-

h) Bancarização e Cessão de operações de crédito

I. Bancarização

A Companhia, com base na Lei nº 10.931/04, através de contrato de prestação de serviços de Bancarização, formaliza operações de crédito por meio da Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) e cede tais operações no mesmo dia em que foram originadas para instituições não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (“SFN”). A receita de prestação desse serviço é auferida pela cessão das operações de crédito nos termos da Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio de 2001, atendendo aos critérios do art. 6º da referida base legal.

Os saldos de operações de crédito originadas e cedidas no período estão demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Originação de operações de crédito	3.568.284	2.755.010
Cessão de operações de crédito	(3.568.284)	(2.755.010)
Total	-	-

Os resultados obtidos com originação e cessão de operações de crédito estão demonstrados na nota explicativa nº 9.1.c).

II. Cessão de carteira

Em novembro de 2024 a Companhia realizou cessão de carteira no montante de R\$ 989.349. A carteira cedida já estava substancialmente classificada como prejuízo. O resultado auferido pela cessão foi ao valor de R\$ 36.926 conforme nota explicativa 9.1.c).



4.4 Depósitos a prazo

a) Composição dos depósitos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos a prazo	1.243.746	68.376
Total	<u>1.243.746</u>	<u>68.376</u>
Circulante	440.327	16.318
Não Circulante	803.419	52.058
Total	<u>1.243.746</u>	<u>68.376</u>

A remuneração dos depósitos varia entre 102% e 128% do CDI nos períodos de 2024 e 2023.

b) Movimentação dos depósitos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.429</u>
Emissão de instrumentos de captação	65.510
Resgate de captação - principal	(215)
Juros pagos	(20)
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	(602)
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	36
Despesas incorridas de captação	1.238
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>68.376</u>
Emissão de instrumentos de captação	1.963.459
Resgate de captação - principal	(861.961)
Juros pagos	(13.273)
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	(12.696)
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	3.615
Despesas incorridas de captação	96.226
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.243.746</u>

c) Vencimento dos depósitos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Vencimento:		
Até 3 meses	1.174	-
De 3 a 6 meses	371.741	-
De 6 a 12 meses	67.412	16.318
Acima de 12 meses	803.419	52.058
Total	<u>1.243.746</u>	<u>68.376</u>

Os vencimentos estão apresentados pelo montante de principal e juros, deduzidos dos custos de transação.



4.5 Obrigações por transações de pagamento

São obrigações do arranjo de pagamento associado a instrumento de pagamento pós-pago, substancialmente representado por valores a serem repassados às Bandeiras de cartão de crédito, em função de compras efetuadas pelos clientes com os cartões de crédito.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a pagar Adquirência	1.112.267	-
Contas a pagar a estabelecimentos	16.671	-
Contas a pagar a Seguradoras	3.009	-
Programa de recompensas - CASHBACK	3.322	-
Total	<u>1.135.269</u>	<u>-</u>
Circulante	1.134.764	-
Não Circulante	505	-
Total	<u>1.135.269</u>	<u>-</u>

5 OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmio de Cessão ⁽¹⁾	407.775	-
Valores a Receber de Partes Relacionadas ⁽²⁾	91.468	-
Adiantamentos diversos ⁽³⁾	14.383	-
Impostos a recuperar e a compensar	4.614	-
Devedores diversos ⁽⁴⁾	3.776	-
Despesas antecipadas	2.354	-
Outros Créditos	30	-
Rendas a receber	-	3
Depósitos judiciais	-	3
Total	<u>524.400</u>	<u>6</u>
Circulante	183.375	6
Não Circulante	341.025	-
Total	<u>524.400</u>	<u>6</u>

(1) Corresponde à valores pagos (ágio) na aquisição de direitos creditórios associados a cartão de crédito junto a Credz conforme descrito na nota 4.3.e, sendo amortizado em resultado pelo prazo de 72 meses.

(2) Corresponde à valores a receber com a partes relacionadas relacionado a recebimentos de fatura/cobrança da carteira adquirida e contrato de mútuo no valor de R\$ 33.000 com vencimento em 10 de setembro de 2025 e remuneração CDI + 1% a.a.

(3) Corresponde substancialmente a adiantamento a fornecedores.



- (4) Corresponde principalmente a valores a receber de bancos relativos a parcelas mensais de instrumento de pagamento pós-pago.

6 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contribuição para o COFINS	2.339	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.222	-
Impostos e contribuições serviços de terceiros	900	5
IOF a Recolher	709	547
Programa de Integração Social - PIS	381	2
Impostos e contribuições sobre salários	32	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	36
Outros impostos e contribuições	1	-
Total	<u>6.584</u>	<u>605</u>

b) Provisões

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante:	<u>12.597</u>	<u>51</u>
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	12.563	51
Provisão para despesas de pessoal	34	-
Não Circulante:	<u>802</u>	<u>3</u>
Provisão para contingências	802	3
Total	<u>13.399</u>	<u>54</u>

- (1) Refere-se a contas a pagar relativo à prestação de serviços e outras despesas administrativas.

c) Outras obrigações

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a pagar a partes relacionadas ⁽¹⁾	10.627	-
Recursos de clientes ⁽²⁾	8.490	-
Fornecedores	4.108	27
Credores diversos	742	19
Sociais e estatutárias	-	315
Total	<u>23.967</u>	<u>361</u>

- (1) Refere-se principalmente a reembolso / rateio de despesas compartilhadas.

- (2) Refere-se a saldo credor de clientes titulares de cartão de crédito.



7 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

No desempenho normal das atividades da Companhia, é comum surgirem processos judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. Nesse sentido, a administração em consonância com as práticas contábeis entende como necessário, que haja constituição de provisão suficiente para atender às perdas esperadas decorrentes de ações judiciais contra a Companhia.

Na constituição das provisões são considerados a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro. Por este motivo, a Companhia não tem como prática divulgar estimativa com relação ao ano específico em que as ações judiciais serão encerradas.

a) Provisões classificadas com perdas prováveis

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista e cível classificadas com probabilidade de perda provável e montante provisionado conforme segue:

Trabalhistas: São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. A provisão constituída para ações de natureza trabalhista é de R\$ 0 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Cíveis: São ações de natureza indenizatória de danos morais e materiais referentes a produtos e serviços financeiros, cujos objetivos de discussão estão relacionados a cobrança indevida de juros, cadastro de restrições ao crédito (negativação), prescrição de dívidas, etc. A provisão constituída para ações de natureza cível é de R\$ 802 (R\$ 3 em 31.12.2023).

Fiscais: São ações de questionamento relacionada a tributos, que podem eventualmente gerar autuações. A companhia não possui nenhuma ação dessa natureza em curso.

b) Provisões classificadas com perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui ações judiciais de natureza civil no valor de R\$ 4.144 classificadas com probabilidade de perda possível (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Para ações de natureza trabalhista e fiscal não foram apuradas causas com probabilidade de perda possível em 2024 e 2023.



8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 773.355 representado por 61.794.078 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas e distribuídas entre os acionistas (R\$ 12.351, representado por 913.778 ações em 31 de dezembro de 2023).

A distribuição do capital social da Companhia está demonstrada abaixo:

Composição em 31.12.2024			
Acionista	% de Participação	Qtde de Ações	Valor
DMCore Holding Financeira S.A.	99,92%	61.743.959	772.736
(-) Ações em tesouraria	0,00%	2.929	-
Acionistas não controladores	0,08%	47.190	619
	100,00%	61.794.078	773.355

Composição em 31.12.2023			
Acionista	% de Participação	Qtde de Ações	Valor
DMCore Holding Financeira S.A.	94,55%	863.959	11.678
(-) Ações em tesouraria	0,32%	2.929	39
Acionistas não controladores	5,13%	46.890	634
	100,00%	913.778	12.351

Em 19 de abril de 2024 a Companhia emitiu Letra Financeira para DMCore Holding Financeira S.A no valor de R\$ 761.000 e deliberou na AGE aumento de capital em 03 de maio de 2024 no valor de R\$ 761.004. O Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital em 16 de maio de 2024 conforme Ofício 10.304/2024–BCB/Deorf/GTSP1.

b) Reserva de lucros - Legal

A reserva legal é constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado, ou a 30% acrescido das reservas de capital nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo de reserva legal é de R\$ 0 (R\$ 136 em 31.12.2023).

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício.

A Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 315 em 19 de dezembro de 2024.



9 RESULTADO RECORRENTE

9.1 Receitas (Despesas) de Intermediação Financeira

a) Operações de crédito

	2º Semestre 2024	2024	2023
Empréstimos	220.842	337.270	-
Financiamentos	87.729	146.523	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	17.486	25.771	189
Descontos concedidos em renegociações	(111.112)	(167.758)	1
Total	214.945	341.806	190

b) Operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2024	2024	2023
Rendas com:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.347	9.491	3
Títulos e valores mobiliários	11.093	17.230	2.192
Total	19.440	26.721	2.195

c) Operações com cessão de ativos financeiros

	2º Semestre 2024	2024	2023
Bancarização de operações de crédito ⁽¹⁾	1.488	3.178	2.789
Aquisição de operações de crédito	(2.125)	3.468	-
Cessão de operações de crédito ⁽²⁾	36.926	36.926	-
Total	36.289	43.572	2.789

(1) Refere-se ao resultado auferido com operações de venda ou transferência de ativos financeiros (bancaização) para instituições não integrantes do sistema financeiro nacional (SFN) de acordo Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio 2001.

(2) Refere-se ao resultado de cessão de carteira mencionado na nota explica 4.3.h).II.

d) Composição da despesa de captação

	2º Semestre 2024	2024	2023
Depósitos a prazo	(70.624)	(93.752)	(1.274)
Letras financeiras	-	(6.089)	-

Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(803)	(855)	(39)
Total	(71.427)	(100.696)	(1.313)

9.2 Outras Receitas (Despesas) Operacionais

a) Receita de prestação de serviços

	2º Semestre		
	2024	2024	2023
Anuidade - Cartão de crédito	121.541	186.984	-
Tarifa de intercâmbio - Cartão de Crédito	57.552	83.155	-
Avaliação emergencial de crédito – Cartão de Crédito	18.137	27.742	-
Comissão seguros	5.001	5.915	-
Serviços de cobrança	2.328	2.328	-
Outras tarifas	85	101	-
Tarifa de abertura de crédito - TAC	91	91	-
Fornecimento de 2ª Via - Cartão de Crédito	44	53	-
Tarifa de saque - Cartão de Crédito	34	45	-
Comissão recarga celular	13	18	-
Total	204.826	306.432	-

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre		
	2024	2024	2023
Proventos e ordenados	(1.225)	(1.392)	-
Encargos sociais sobre a folha	(263)	(304)	-
Benefícios a empregados	(42)	(42)	(16)
Total	(1.530)	(1.738)	(16)

c) Despesas administrativas

	2º Semestre		
	2024	2024	2023
Despesas de serviços técnicos especializados	(69.864)	(95.832)	(484)
Despesas de serviços de terceiros	(54.190)	(54.198)	(17)
Rateio de despesas com serviços compartilhados ⁽¹⁾	(11.061)	(11.061)	-
Despesas de processamento de dados	(5.828)	(6.134)	(586)
Despesas com tarifas bancárias	(4.269)	(4.527)	(307)
Despesas de comunicações	(1.932)	(1.933)	(1)
Outras despesas administrativas	(3.679)	(3.850)	(68)
Total	(150.823)	(177.535)	(1.463)

(1) Refere-se ao rateio do centro de serviço compartilhado do Grupo DM.



d) Despesas tributárias

	2º Semestre		
	2024	2024	2023
Despesa de contribuição à COFINS	(17.828)	(27.789)	(151)
Despesa de ISS	(8.489)	(13.457)	-
Despesa de contribuição ao PIS	(2.897)	(4.516)	(25)
Outras despesas tributárias	(355)	(676)	(62)
Total	(29.569)	(46.438)	(238)

e) Provisões

	2º Semestre		
	2024	2024	2023
Despesa de provisão para contingência	(2.611)	(2.689)	(12)
Reversão de provisão para contingência	1.887	1.890	19
Total	(724)	(799)	7

f) Outras receitas operacionais

	2º Semestre		
	2024	2024	2023
Recuperação de encargos e despesas	8.246	11.885	-
Juros de operações com sociedades ligadas	1.233	1.233	-
Outras	375	433	18
Total	9.854	13.551	18

g) Outras despesas operacionais

	2º Semestre		
	2024	2024	2023
Processamento de transações de pagamento	(56.413)	(88.184)	-
Amortização de ágio em compra de carteira	(35.248)	(46.435)	-
Consulta a órgãos de proteção ao crédito	(2.088)	(2.088)	-
Perdas em ações cíveis e trabalhistas	(344)	(347)	(350)
Outras Despesas	(1.344)	(1.570)	-
Total	(95.437)	(138.624)	(350)



10 RESULTADO NÃO RECORRENTE

10.1 Resultado Não Operacional

	2º Semestre 2024	2024	2023
Outras despesas não operacionais	-	-	(19)
Total	-	-	(19)

O valor de R\$ 19 refere-se a baixa de outros investimentos.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 Apuração do imposto de renda e da contribuição social

A Companhia utiliza o regime de tributação pelo lucro real e procede ao pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social na existência de lucro. O cálculo dos impostos está assim representado:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado contábil antes da tributação sobre o lucro	(397.968)	(397.968)	1.800	1.800
Adições / (Exclusões)	33.996	33.996	(480)	(480)
(=) Lucro Real (prejuízo contábil) antes das compensações	(363.972)	(363.972)	1.320	1.320
(-) Base compensada - Ativo fiscal diferido	-	-	(396)	(396)
(=) Lucro real (prejuízo fiscal) apurado	(363.972)	(363.972)	924	924
Alíquotas vigentes	25%	15%	25%	15%
(=) IR/CS Corrente apurado no resultado	-	-	(207)	(139)
Constituição / (Realização) do ativo fiscal diferido no resultado	99.492	59.695	(219)	(131)

11.2 Ativo fiscal diferido

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, foi elaborado estudo técnico demonstrando a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permite a realização do ativo fiscal diferido no prazo de até 10 (dez) anos. Considerando que há probabilidade da Companhia em gerar lucros tributáveis nos próximos anos, a expectativa de realização total dos créditos constituídos deverá ocorrer em até 05 (cinco) anos.

a) Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

Períodos	Realização / (constituição) de créditos tributários				Total	
	Prejuízo fiscal/Base negativa		Diferenças temporárias		31/12/2024	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
2025	12.893	11.468	(32.885)	(29.249)	(19.992)	(17.781)
2026	16.545	13.089	(8.629)	(6.826)	7.916	6.263
2027	28.004	19.705	(19.700)	(13.862)	8.304	5.843
2028	24.394	15.262	32	20	24.426	15.282
2029	26.403	14.693	20.822	11.587	47.225	26.280
2030	21.526	10.654	51.664	25.571	73.190	36.225
2031	21.087	9.283	2.318	1.020	23.405	10.303
Total	150.852	94.154	13.622	(11.739)	164.474	82.415

b) Movimentação do ativo fiscal diferido

Descrição	Saldo em		Realização	Saldo em	
	31/12/2023	Constituição		31/12/2024	
Diferenças temporárias - PCLD	-	8.274	-	-	8.274
Diferenças temporárias - Provisões Passivas	22	5.324	-	-	5.346
Prejuízo Fiscal Acumulado - IR	3.291	90.993	-	-	94.284
Base Negativa - CSLL	1.974	54.596	-	-	56.570
Total do Ativo Fiscal Diferido	5.287	159.187	-	-	164.474

Descrição	Saldo em		Realização	Saldo em	
	31/12/2022	Constituição		31/12/2023	
Diferenças temporárias - Provisões Passivas	214	24	(216)	-	22
Prejuízo Fiscal Acumulado - IR	3.390	-	(99)	-	3.291
Base Negativa - CSLL	2.033	-	(59)	-	1.974
Total do Ativo Fiscal Diferido	5.637	24	(374)	-	5.287

12 GESTÃO DE RISCOS

A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017.

a) Estrutura e governança de gestão de riscos

A Companhia possui e segue política de gestão de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

A política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

b) Gestão risco de crédito

O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em empréstimos e recebíveis (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de riscos, alinhado as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos.

Os direitos sujeitos a risco de crédito junto a clientes em 31 de dezembro de 2024 estão compostos abaixo:

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Nível de valor Justo
Operações de Crédito	4.3	1.355.050	-	3
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	1.141.597	-	3
Total		2.496.647	-	

c) Gestão de risco de liquidez

É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema.

O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:

	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2024	Faixa de vencimento			
			Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 1 ano
Ativos Financeiros:						
Disponibilidades	3	18.497	18.497	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	51.335	-	51.335	-	-
Compromissada com lastro em LTN	4.1	320.999	-	320.999	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.2	101.929	-	-	-	101.929
Cotas de fundos de investimento	4.2	2.073	2.073	-	-	-
Direitos creditórios	4.3	2.496.647	-	2.015.068	434.261	47.318
		2.991.480	20.570	2.387.402	434.261	149.247
Passivos Financeiros:						
Depósitos a prazo	4.4	1.243.746	-	1.174	439.153	803.419
Obrigações por transações de pagamento	4.5	1.135.269	-	869.994	264.770	505
Obrigações fiscais e previdenciárias	6.a)	4.362	-	4.362	-	-
Provisões	6.b)	13.399	-	12.597	-	802
Outras obrigações	6.c)	23.967	-	23.967	-	-
Total		2.420.743	-	912.094	703.923	804.726

	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Faixa de vencimento			
			Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 1 ano
Ativos Financeiros:						
Disponibilidades	3	61	61	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	4.2	78.271	78.271	-	-	-
		78.332	78.332	-	-	-
Passivos Financeiros:						
Depósitos a prazo	4.4	68.376	-	-	16.318	52.058
Obrigações fiscais e previdenciárias	6.a)	605	-	605	-	-
Provisões	6.b)	54	-	51	-	3
Fornecedores	6.c)	27	-	27	-	-
Total		69.062	-	683	16.318	52.061



d) Risco de mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, provenientes de variações ou flutuações de taxa de juros, índices e de câmbio. A Companhia monitora continuamente os riscos de mercado em que está exposta com o objetivo de mitigar eventuais riscos. A estrutura da Companhia prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições aos riscos que age tempestivamente para mitigação de risco iminente.

A Companhia possui direitos sujeitos a risco de mercado junto a instituições financeiras conforme demonstrados abaixo:

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Nível de valor Justo
Disponibilidades	3	18.497	61	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	51.335	-	2
Compromissada com lastro em LTN	4.1	320.999	-	2
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.2	101.929	-	2
Cotas de fundos de investimento	4.2	2.073	78.271	1
Total		494.833	78.332	

Análise de sensibilidade

Os rendimentos de aplicações financeiras são principalmente afetados pelas variações na taxa DI. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

31/12/2024			31/12/2023		
10%	25%	50%	10%	25%	50%
2.672	6.680	13.361	220	549	1.098

e) Risco de capital

A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está exposta e planejar metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos.

A Companhia é instituição líder de conglomerado prudencial, classificada no conglomerado de TIPO 1 e está enquadrada no Segmento S4 desde dezembro de 2024, que utiliza a metodologia completa para apuração do Patrimônio de Referência (PR). De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/2021

o índice de Basileia mínimo para PR é de 8%, acrescentado de mais 2,5% de adicional, totalizando 10,5%.

O demonstrativo de apuração do índice de Basileia (IB) simplificado está demonstrado em bases consolidadas conforme abaixo:

	S4 <u>31/12/2024</u>	S5 ¹ <u>31/12/2023</u>
a. Patrimônio de Referência (PR) = (I+II)	703.529	10.014
I. Capital nível I	703.529	-
Capital Principal – CP	703.529	-
Capital Complementar - CC	-	-
II. Capital nível II	-	-
b. Exposição ao Riscos	3.467.040	86.817
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	3.151.855	-
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	-	-
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	315.185	-
Risco Serviço de Pagamento (RWA _{SP})	-	-
c. Patrimônio de Referência (PR) exigido	277.363	14.759
d. Margem (insuficiência) do PR para o limite de Basileia (a - c)	426.166	(4.745)
e. IRRBB (RBAN)	91.807	-
f. Adicional de Conservação de Capital Principal	86.676	-
g. Margem do PR considerando RBAN (d - e)	334.359	-
h. Margem do PR considerando adicional de capital (d - f)	339.490	-
i. Índice de Basileia (a/b)	20,29%	11,53%

1 – Em Dez/2023 a companhia ainda era optante pela metodologia simplificada de gestão de riscos de capital.

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

f) Risco operacional

É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que acarretem a interrupção das



atividades da Companhia ou a descontinuidade dos serviços prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Companhia, , incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento conforme a Resolução CMN nº 4.557/17.

g) Risco cibernético

É avaliada a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que:

- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou
- Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.893/21.

h) Conformidade

A área de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17, monitorando a aderência ao arcabouço legal, à regulamentação infra legal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando pertinente, aos códigos de ética e de conduta. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. A área de Compliance, por meio do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), monitora e gerencia os riscos nos termos da Resolução COAF nº 40/21 e Circular BACEN nº 3.978/20.

i) Controles internos

Os sistemas de controles internos devem ser contínuos e efetivos, abrangendo as atividades de controle para todos os níveis de negócios e para todos os riscos aos quais a instituição está exposta e tem como finalidade atingir os objetivos de:

- **Desempenho:** relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas;



- **Informação:** relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão; e
- **Conformidade:** relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos.

A Companhia dispõe de atividade de auditoria interna, realizada por empresa terceirizada, que realiza a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e dos processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição. Atuam com independência, autonomia, imparcialidade, integridade e ética profissional. Os apontamentos identificados pela auditoria interna são tratados pela Companhia, buscando seguir as melhores práticas de mercado e manter controles adequados à estrutura da empresa.

13 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades, as condições de mercado são mantidas para operações com partes relacionadas, ou seja, entre a Companhia e outras empresas do grupo DM que são ligadas direta e/ou indiretamente aos acionistas da Companhia. As operações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Operação	Partes relacionadas	31/12/2024		31/12/2023	
		Ativos (passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (Despesas)
Bancarização	DM Instituição de Pagamento S.A	2.321.786	2.322	2.666.984	2.667
Bancarização	DM PL	381.172	381	-	-
Bancarização	Fortbrasil Instituição de Pagamento S.A	864.204	432	-	-
Contas a receber	DM Instituição de Pagamento S.A	91.162	1.233	-	-
Contas a receber	DM Meios de pagamento LTDA	300	-	-	-
Contas a pagar	DM Instituição de Pagamento S.A	(745)	-	-	-
Contas a pagar	DMCARD Proc. Dados e Central de atend. LTDA	(9.878)	(9.878)	-	-
Contas a pagar	DM Meios de pagamento LTDA	(4)	-	-	-
	Total	3.647.997	(5.510)	2.666.984	2.667

Referente a operação de Bancarização, verificar a nota explicativa 4.3, h).

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de março de 2025, através do ofício CVM 36/2025, a Companhia obteve o deferimento do registro de Oferta Pública de Ações (OPA) para cancelamento do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A". Em 14 de março de 2025 foi realizado o comunicado do fato relevante no portal da CVM sobre a intenção de fechamento de capital.

Tharik Camocardi de Moura
 Diretor e Relação com Investidores

Denis César Correia
 Diretor Presidente



Bruno Pascele Piva

Controller CRC 1SP 267.093/O-2

Carolina Camacho de Paula

Contadora CRC 1SP 317.067/O-7



@vocedm

